

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A posse real de Motta

É assim que os deputados se referiram à atitude do presidente da Câmara esses dias. Mostrou que tem a força.

Jogou pesado

Líderes afirmam que Motta estava ligando para deputados para que eles votassem o Projeto de Decreto Legislativo derrubando o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), na tarde de ontem. “Eles (governistas) achavam que Motta não pautaria (a matéria)”, disse um líder à coluna, que admitiu, porém, que depois da aprovação da urgência, seria “natural” que o PDL entrasse na pauta da semana.

Ironia do destino

O PDL que susta o efeito do decreto do IOF foi colocado em pauta na calada da noite, via publicação em rede social. O governo foi pego de surpresa, mas outro ponto foi ainda mais assustador: foi ver o projeto aprovado por 383 votos, com cerca de 20 deputados presentes ao Plenário.

Operações digitais

Durante evento do Instituto Esfera de Estudos e Inovação — frente acadêmica do think tank Esfera Brasil, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública —, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, afirmou que, em 2024, foram realizadas 208 bilhões de operações bancárias no Brasil, sendo 80% delas de forma digital. Além disso, foi dito por debatedores que, na América Latina, há 1,7 mil fintechs, sendo 1,6 mil no país. Esses dados, para muitos, mostram o interesse do governo em arrecadar deste setor, sendo que grande parte dele não é monitorado pelo Banco Central (BC).

Amiga do esporte

A Vale foi reconhecida como a maior investidora de esporte no Brasil pela Câmara dos Deputados, devido à aplicação de R\$ 89 milhões em 93 projetos esportivos espalhados pelo país, resultando em 293 iniciativas em cinco estados. Por isso, a mineradora receberá, em 1º de julho, a Comenda Incentivadores do Esporte pela quarta vez seguida.

Esvaziar para comandar

Tal e qual no tempo da pandemia, os atuais presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), mantêm controle total sobre a agenda, ao permitirem que os deputados votem textos importantes de forma virtual. Motta e Alcolumbre aproveitaram o esvaziamento junino para empregar o governo. A ordem é mostrar que ou o Executivo atende o Congresso e respeita os parlamentares enquanto parceiros, ou o governo ficará sozinho. A avaliação dos deputados é de que não dá para colocar nos congressistas a tarja de “vilões da sociedade” — como, basicamente, disse o

ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevistas esta semana. Enquanto o discurso do governo for de acusar o Parlamento, o Palácio do Planalto vai ter que se virar para cumprir o que prometeu, sem contar com os congressistas para elevar a arrecadação.

Vale lembrar/ Nos tempos da pandemia, não havia alternativa, uma vez que o plenário cheio representava o perigo da proliferação do vírus. Agora, porém, conforme dizem muitos de público, evita a “proliferação do debate” e da troca de ideias inerentes ao Parlamento. Há quem diga que do jeito que está, não será possível continuar — seja qual for o governo eleito em 2026.



CURTIDAS

Leia direito/ O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), deu bronca em dois deputados da legenda por votarem errado em alguma matéria apreciada via InfoLeg. Em tempos de votação remota, é preciso ter cuidado na hora de registrar a escolha.

Qual o nome?/ Durante evento de lançamento do estudo sobre o crime organizado realizado pelo Instituto Esfera de Estudos e Inovação, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes foi cumprimentar o presidente do União Brasil, Antonio Rueda, e esqueceu-se do nome da federação que forma com o PP. “Presidente do União Brasil e mais alguma coisa”, disse, referindo-se à federação União Progressista.

Meu amigo/ O deputado Cabo Gilberto (PL-PB) abraçou e levantou o líder do União Brasil na Câmara, Pedro Lucas (MA), depois de ele orientar “não” à retirada de pauta do PDL que sustava o decreto do IOF.

Tauan Alencar/MME



Homenageado/ Ao mesmo tempo em que quebra a cabeça para tentar baixar o preço da conta de luz, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (foto), recebe homenagens do setor de mineração. Uma demonstração de apoio, justamente, quando um grupo de parlamentares gostaria de tomar seu cargo.

JUDICIÁRIO / Ministro diverge da maioria formada no STF para responsabilizar as big techs pelas publicações de usuários. Na avaliação do magistrado, a regulamentação das plataformas tem de ser ampla e feita pelo Congresso

Fachin na contramão sobre redes

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento sobre a ampliação da responsabilidade das redes sociais por conteúdos publicados por seus usuários. Na sessão de ontem, os votos da ministra Cármen Lúcia e do ministro Edson Fachin trouxeram entendimentos divergentes sobre a exigência da notificação judicial para a exclusão de postagens consideradas ofensivas. A Corte tem maioria de 8 x 2 para responsabilizar as big techs.

O debate gira em torno da constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil, que exige uma ordem judicial prévia para excluir conteúdo e responsabilizar provedores de internet, websites e gestores de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros.

Fachin defendeu que a regulamentação das redes sociais seja feita pelo Legislativo. “Não creio que este tema necessariamente será solvido ou esgotado com a remoção, ou não de conteúdos das plataformas. Creio que há uma necessidade de uma regulação estrutural e sistêmica, preferencialmente não via Poder Judiciário”, disse.

O magistrado afirmou ter sido “péssima a experiência” que o Brasil teve com a moderação de conteúdos. “Há uma segunda razão que não me anima a ir além da consideração singela de constitucionalidade do artigo 19. É péssima a experiência que este país teve

com a moderação de conteúdos em meio de comunicação”, disse.

“O que hoje parece insuficiente e a merecer regulação específica pode muito bem ser amanhã regulado por outros atores institucionais. E se há obrigação de todos para combater o conteúdo ilícito, então corremos o risco de ver temerárias ações de investigação atingirem jornalistas e professores”, argumentou.

A ministra Cármen Lúcia, porém, acompanhou a maioria pela responsabilidade das plataformas. Ela entendeu que o artigo 19 do Marco Civil da Internet deve ser interpretado conforme a Constituição e pode ser usado em situações como crimes contra a honra.

“Censura é proibida constitucionalmente, é proibida eticamente, é proibida moralmente, eu diria até espiritualmente. Mas não pode também permitir que nós estejamos em uma ágora em que haja 213 milhões de pequenos tiranos soberanos. Soberano é o Brasil, soberano é o direito brasileiro. Então, é preciso cumprir as regras”, justificou.

Com os entendimentos de ontem, há oito votos para responsabilizar as big techs mesmo com notificações extrajudiciais; e dois votos para que só medida judicial seja capaz de remover o conteúdo. Na sessão de hoje, deve ser ouvido o posicionamento do ministro Nunes Marques.

Os integrantes também tentam definir a tese, ou seja, o guia que vai orientar a aplicação da decisão do tribunal. Se não houver consenso,

Antonio Augusto/STF



Fachin: “Corremos o risco de não conseguir ajustar o remédio pela falta de um completo diagnóstico”

os magistrados devem continuar buscando o entendimento quanto aos termos, pois foram propostas diferentes soluções para o regime de responsabilização das empresas. Até o momento, o Supremo realizou 11 sessões para discutir a ação. Em 11 de junho, a Corte formou maioria para responsabilizar as redes sociais por conteúdos publicados por seus usuários. Os ministros defenderam ampliar as obrigações das big techs a respeito da moderação de posts considerados ofensivos, mesmo na ausência de ordem judicial prévia.

Messias e Moraes

Mais cedo, o advogado-geral da União, Jorge Messias, havia defendido a ampliação da responsabilidade das big techs a respeito de conteúdos ofensivos. Segundo ele, faltam recursos transparentes e acessíveis para o controle adequado.

“Os algoritmos usados pelas big techs são, hoje, controlados por

Placar

Há oito votos para ampliar, de diferentes modos, a responsabilização das redes sociais; e dois divergentes

» Manter exigência de ordem judicial para remover qualquer conteúdo — 2 votos (André Mendonça e Edson Fachin)

» Manter exigência de ordem judicial só para crimes contra a honra — 4 votos (Luís Roberto Barroso, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes)

» Derrubar totalmente a exigência de ordem judicial — 4 votos (Dias Toffoli, Luiz Flux, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia)

elas de forma totalmente opaca. A sociedade não tem acesso para fazer qualquer análise crítica, por meio de seus institutos e universidades. Isso é inadmissível. Essas empresas precisam disponibilizá-los para escrutínio público”, disse.

A declaração foi dada durante participação na 12ª edição do Global Fact, maior evento de checagem de fatos do mundo, realizado pela primeira vez no Brasil. “Foi assim, na história da Humanidade, com qualquer ferramenta que pudesse causar dano ou grande impacto à sociedade: as armas, os medicamentos. É preciso que haja regulação”, completou Messias.

Presente no mesmo evento, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, afirmou que as big techs lucram com a viralização de conteúdos como as notícias falsas. “É um modelo de negócio perverso, em que o faturamento maior se dá exatamente pelo discurso de ódio, pelo conflito, pelo ataque, e não pela narrativa de notícias, pela exposição de fatos”, declarou.

Advogados terão de depor

» MAIARA MARINHO

O ministro Alexandre de Moraes, relator do ação penal que investiga a tentativa de golpe de Estado, determinou a oitiva dos advogados Fábio Wajnarten, ex-assessor do ex-presidente Jair Bolsonaro, e Paulo Costa Bueno, que defende o ex-chefe do Executivo, por suspeita de tentativa de obstrução das investigações. A suspeita é de que ambos tenham participado de contatos diretos com a família do réu colaborador, o tenente-coronel Mauro Cid, com o intuito de obter informações sensíveis relativas ao teor da delação premiada.

Em paralelo, a Polícia Federal anexou ao processo as declarações da mãe e da esposa de Cid, Agnes Barbosa Cid e Gabriela Ribeiro Cid, além de receber o celular da filha de 14 anos, entregue voluntariamente — com autorização judicial — para que a perícia extraia dados categorizados de mensagens em até 10 dias.

O pedido de abertura de inquérito inclui ainda o nome de Luiz Eduardo Kuntz, advogado do ex-assessor da Presidência Marcelo Câmara e que foi o responsável pela divulgação de supostas conversas com Cid por intermédio de um perfil falso nas redes sociais.

Os três advogados passaram a figurar na investigação por terem atuado de forma articulada para acessar ilegalmente o colaborador e influenciar sua deliberação sobre a delação, segundo alega a defesa de Cid.

Kuntz é acusado de manter contatos insistentes com a filha de Cid por meio de mensagens no WhatsApp, chegando a sugerir que ela apagasse o conteúdo do celular, além de propor encontros em locais considerados “seguros”. Wajnarten, por sua vez, teria feito abordagens tanto à filha quanto à esposa do delator com o mesmo objetivo. Já Bueno é citado por ter acompanhado Kuntz em um episódio na Hípica de São Paulo, onde os dois teriam cercado a mãe de Cid para convencê-la a interferir na defesa do filho.